

Comissão de Pregão I  
**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022**

Processo Licitatório nº: 23.775/2019

Processo de Impugnação nº: **2.517/2021**

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidades de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado).

IMPUGNANTE: **ESX TRANSPORTE E TURISMO LTDA - OURO NEGRO TRANSPORTES E TURISMO - CNPJ Nº: 01.211.210/0001-91.**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela **empresa ESX TRANSPORTE E TURISMO LTDA - OURO NEGRO TRANSPORTES E TURISMO**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 019/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**Comissão de Pregão I**

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

05 Em síntese, alega a Impugnante:

5.1 - A impugnante alega, em síntese, que a Modalidade Adotada não foi devidamente justificada e com seus motivos, mensuráveis, para a preferência dessa modalidade de execução indireta por lote, e todos os seus aspectos deveriam ser mensurados e comparados à modelagem pretendida, de modo a permitir a aferição de qual alternativa se revela mais vantajosa ao atendimento do interesse público, sem prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

5.2 - Sendo o Transporte Escolar um serviço essencial e de natureza continuada e, embora, em tese, seja tecnicamente possível a divisão do objeto da licitação em parcelas, para adjudicação por lotes, tal medida resultaria, na situação concreta, em prejuízo para a economicidade e, sobretudo, perda da eficiência global dos serviços, desnaturando a funcionalidade do sistema de transporte escolar.

5.3 - A impugnante alega que o Edital apresenta cláusulas com potencial restritivo, igualmente importantes, que merecem atenção desta egrégia Corte e que ferem os princípios norteadores das compras públicas, das quais destacamos as seguintes:

Item 8.1.3 do Edital – vedação injustificada da participação de empresas em consórcio ou cooperativa; é oportuno reiterar o entendimento das Cortes de Contas no que se refere à participação de empresas de forma consorciada em licitações públicas.

### Comissão de Pregão I

5.4 - Item 20.3. e 20.3.1 do Edital – adoção de índices contábeis não usuais, ao não admitir que sejam maiores ou iguais a 1. O edital prevê que os índices aceitos serão apenas aqueles maiores que 1. Índices iguais ou maiores que 1 (comumente aceitáveis) não serão aceitos.

5.5 - A impugnante alega, que ocorreu inobservância ao Princípio da Economicidade, Da Formação dos Preços Estimados - considerando que não constam do Termo de Referência as memórias de cálculo, com os custos detalhados em planilhas, assume-se que tenha sido realizada a pesquisa de preços junto ao mercado. Ocorre que do Termo de Referência também não consta a exigência de garantia contratual, prevista somente no Edital em seu item 23. Embora lícita, ao não ter sido prevista no documento base para solicitação das cotações de preços, impacta diretamente na formação destes, embora não conste o detalhamento do custo em planilhas – que aliás, é exigido da proposta comercial vencedora (item 16.8).

5.6 - A impugnante alega, que a ausência de critérios objetivos de julgamento, por não detalhar todas as normatizações do Contran na íntegra, tais como os abordados acima, contraria os seguintes dispositivos da Lei 8.666/1993: a) o art. 3º, que estabelece o princípio do julgamento objetivo; b) o art. 40, inciso VII, o qual determina que o edital deve conter critérios para julgamento com disposições claras e parâmetros objetivos; c) o art. 44, § 1º, que veda a utilização de critérios subjetivos no julgamento que possam interferir na igualdade entre os licitantes.

### III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante, o conhecimento da impugnação, e as seguintes alterações no instrumento convocatório.

*6.1 - Diante do exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, determinando-se a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.*

Comissão de Pregão I

IV. DA ANÁLISE

6.2 – Quanto a modalidade adotada e a divisibilidade em lote.

*Resposta: Conforme o termo de referência que traz a seguinte justificativa: “Destacamos, que além de estarmos adequados às orientações do TCE/RJ, Manual de Planejamento e Operacionalização do Transporte (FNDE-MEC), com o objetivo de ampliar a concorrência, vislumbrando a economicidade ao Município, o certame para o ano letivo de 2022, ocorrerá via pregão eletrônico e dividido em 6 lotes, de acordo com a recomendação n.º 01/2021 - MPF. IC nº 1.30.006.000163/2019-66. Optamos, por seguir nesta sistematização de contratação.*

*O Tribunal de Contas da União recomenda que a licitação seja procedida por itens/lotas sempre que econômica e tecnicamente viável, cabendo à Administração, justificadamente, demonstrar a vantajosidade da opção feita.*

*Enfim, a licitação por itens ou lotes deve ser econômica e tecnicamente viável, ou seja, a divisão do objeto em vários itens/lotes não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela autoridade competente.*

*Colaciona-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria:*

*“3. O fracionamento das compras, obras e serviços, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/93 somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.”*

*A Secretaria solicitante durante o processo justificou que as rotas separadamente acabariam tendo itens menos atrativos que seriam desertos e, portanto, menos vantajosos e que a união desses itens em lotes tornaria o lote mais atrativo e tendo maior chance de atendimento de todos os itens.*

**Comissão de Pregão I**

6.3 - A impugnante alega que o Edital apresenta cláusulas com potencial restritivo.

*Resposta: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa no subitem 8.1.2 do Edital PE 019/2022, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.*

**Comissão de Pregão I**

*Quanto à exigência dos índices contábeis do item 20.3.1.* As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente. O Edital está de acordo o art. 24 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018, o qual estipula que se deve fixar percentual proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato.

*6.4 - A impugnante alega, que ocorreu inobservância ao Princípio da Economicidade, ao não constar no Edital a planilha de cálculo dos preços para a contratação do serviço.*

*Resposta: A planilha de cálculo deve ser elaborada pela empresa para justificar a proposta, não sendo necessária à sua apresentação pela administração por se tratar de uma contratação por diária e não necessitar de dedicação exclusiva de mão obra, conforme a Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 Anexo V – Diretrizes para elaboração do TR ou PB.*

*“2.9. Estimativa de preços e preços referenciais: (...) b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma: b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados.”*

*2.4 - Exigência do cumprimento da Portaria Denatran 159 de 2017, além das características dos veículos para transporte escolar, preconizados pelo FNDE.*

Comissão de Pregão I

*Resposta: O item 6.13 do termo de referência determina que os veículos deverão atender as normas contidas no Código Nacional de Trânsito, especialmente as constantes dos artigos 136 a 139;*

*Já o item 6.14 estabelece que, de acordo com a Lei Municipal nº 3.336/03 e a Portaria nº 010/2006 – AUTRAN, o veículo destinado ao transporte escolar deverá apresentar faixa amarela nas laterais e na traseira com a escrita em preto “ESCOLAR”, e no para-brisa dianteiro “A SERVIÇO DA PMNF – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO”; trazem as solicitações de documentação conformidade com o Código Nacional de Trânsito.*

**V. DA DECISÃO**

07. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **ESX TRANSPORTE E TURISMO LTDA – OURO NEGRO TRANSPORTES E TURISMO**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 019/2021, e subsidiado pelo setor técnico responsável, no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** pela alteração do edital em comento, e pela alteração, no Termo de Referência, no que foi acatado acima.

Nova Friburgo, 14 de fevereiro de 2022.

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934